

Sarney quer relações mundiais democratizadas

Itamaraty festeja Dia do Diplomata e retoma tradição de antes de 1964

BRASÍLIA — O papel do Brasil na luta por uma ordem política internacional mais democratizada, contribuindo para que o século XXI não repita o quadro de guerras, de fome e de opressão que marca este século, foi claramente delineado, ontem, pelo Presidente José Sarney, durante a cerimônia de formatura dos alunos do Instituto Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores.

O Presidente recordou, inicialmente, a tradição, na qual sobressai a figura do Visconde de Rio Branco, resumindo-a como: "vocaçao para as soluçoes pacificas, a boa convivência e o primado do Direito". Essa tradição serviu para que definisse:

— O diplomata brasileiro representa Nação sem inimigos. A paz torna nossa atividade diplomática um incessante abrir caminhos, um incansável construir relacionamentos.

Depois de destacar que essa política ganhou em coerência, dinamismo

e independência na Nova República, afirmou que seu Governo está resistindo às fórmulas recessivas impostas de fora, conseguindo resultados satisfatórios no encaminhamento da questão da informática e da dívida externa.

Foi particularmente ressaltado, no discurso, o desempenho brasileiro para a afirmação da autonomia e da independência dos países latino-americanos, do Caribe, da África e da Ásia e de combate à política racista da África do Sul. Fazem parte deste esforço pela Paz, a proposta de desnuclearização do Atlântico Sul e a decisão de criar a Agência Brasileira de Cooperação, encarregada de levar os avanços do Brasil na pesquisa agrícola, formação técnica profissional, desenvolvimento de fontes renováveis de energia, combate a moléstias tropicais e tecnologias de ponta, "onde existir capacidade de absorção".



Durante o ato, Sarney, ao lado de Sodré, conversa com Luiz Gonzaga

BRASÍLIA — Com a presença do Presidente José Sarney e de quase todo o Ministério, foi comemorado ontem, no Itamaraty, o Dia do Diplomata. A cerimônia, que se estendeu das 10 às 14h30m, incluiu a inauguração do novo anexo do Palácio do Itamaraty, a formatura de diplomatas e a condecoração de 335 pessoas com a Ordem de Rio Branco.

Acompanhado por Dona Marly, Sarney presidiu a diplomação dos alunos do Instituto Rio Branco, na qual o Itamaraty retomou uma tradição abandonada em 1964, restabelecendo os pronunciamentos do Presidente da República e do orador de turma.

Mais tarde, o Presidente condecorou, com a Ordem de Rio Branco, o

Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o Presidente do Senado, Humberto Lucena, o Presidente do STF, Rafael Mayer e os Ministros Bresser Pereira, Joaquim Francisco, Dante de Oliveira e Aníbal Teixeira e os Governadores Eptácio Cafeteira e Orestes Quércia. Em seguida, receberam a condecoração as outras 327 personalidades, que lotavam o salão térreo do Itamaraty. Entre eles, estavam assessores presidenciais, como Jorge Murad, todos os líderes da Aliança Democrática, jornalistas, escritores, os artistas Luiz Gonzaga, Tônia Carrero, Lucélia Santos, Italo Rossi, Fernanda Torres e jogadores de futebol, como Didi, Zizinho e Leônidas da Silva.

PRESIDENTE REVELA AOS NOVOS DIPLOMATAS CAMINHOS DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

Brasil luta para superar antagonismos entre Leste e Oeste

São os seguintes os principais trechos do discurso pronunciado pelo Presidente Sarney, no Ministério das Relações Exteriores:

1. Na Nova República, nossa política externa ganhou em coerência, dinamismo, eficácia, transparência e independência.

Não se vinculando a blocos nascidos em contexto geográfico e político distinto do nosso, o Brasil luta para que sejam superados progressivamente os antagonismos ideológicos e os impasses políticos entre Leste e Oeste, bem como o grau excessivo de polarização que ainda se registra nas relações internacionais. Consoante com essas mudanças, redefinimos o nosso papel no cenário internacional. Queremos contribuir para que o século XXI não repita o quadro de guerras, de fome e de opressão que vem marcando este século.

2. Lutamos por uma ordem política internacional mais democratizada. E também por uma revisão da atual ordem econômica, flagrantemente injusta e prejudicial aos países que lutam por seu desenvolvimento e pelas condições mínimas de bem-estar para seus povos. Uma ordem que leva à depreciação dos preços dos produtos primários, ao protecionismo praticado nos mercados com maior capacidade de importação e à asfixia através da transferência reversa de capitais, não é apenas iníqua. É ilógica. É inviável.

3. Sabemos que a situação internacional é decisiva para a tarefa gigantesca de nosso País de completar seu desenvolvimento e acabar com a fome e a miséria de seu povo. A política externa brasileira está comprometida com nossa política de crescimento e com a luta contra o desemprego.

Não podemos ser passivos, o que não quer dizer que busquemos a via da confrontação.

4. Se, de um lado, não podemos nos afastar dos mais importantes pólos de irradiação econômica e científico-tecnológica, sob pena de nos condenarmos ao atraso e à vulnerabilidade, de outro, devemos ter o cuidado de preservar nossa autonomia quanto a decisões essenciais para nosso futuro como Nação.

5. O Brasil nunca aspirou e nem aspira ao poder ofensivo, pois não pode nem deseja impor sua vontade a outros. Mas, certamente, já tem e pretende conservar suficiente poder de evitar que a vontade alheia lhe seja imposta; poder, portanto, de afirmação de sua autonomia, de seu estilo de vida, de suas leis internas, e dos princípios e prioridades de sua atuação externa.

6. Não é objetivo do Brasil tornar-se uma potência militar, pois quem concentra armas concentra perigos e quem domina pela força tem contra si a revolta dos dominados.

7. O Brasil age sem medo, pois seu recurso negociador não é a força: seu poder, ao contrário, se assenta no Direito.

Não nos interessa reeditar imperialismos, nem exercer hegemonias. País multicultural e com interesses globais, busca o Brasil a interação entre as culturas e aceita a pluralidade de ideologias e sistemas políticos.

Queremos, na realidade, progredir, dentro da paz e da cooperação, através de laços horizontais.

Esta é uma das razões pelas quais, para encontrar nossos próprios caminhos, atribuímos tanta importância à cooperação entre os países em desenvolvimento.

8. A compreensão da globalidade de nossos interesses nos fez restabelecer as relações diplomáticas com Cuba e abrir novos canais de diálogo político e de cooperação econômica com o Leste europeu. Lançamos também a novas frentes de cooperação na Ásia, em especial com o Japão, com a China,

a Índia e as nações da Associação dos Países do Sudeste Asiático.

9. O projeto brasileiro, hoje amplamente aceito, de tornar o Atlântico Sul uma zona imune a armas nucleares e aos confrontos das superpotências é o marco da criação de uma ampla região de cooperação.

10. Nosso processo de integração com a Argentina e o Uruguai, exemplo bem sucedido de cooperação entre países em desenvolvimento e embrião de laços mais estreitos entre todos os países latino-americanos, caminha não com palavras, mas com atos.

11. Participamos hoje mais diretamente na busca da pacificação, no apoio à autodeterminação e no repúdio à ingerência nos negócios internos dos países centro-africanos.

Temos também repudiado, inclusive através de sanções, a política racista e intervencionista da África do Sul.

12. Encarando com responsabilidade e confiança o multilateralismo, desejosos de participar ativamente do debate sobre as questões relativas à paz e à segurança internacional, decidimos apresentar nossa candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

13. Ocorre que a democracia e o exercício dos direitos humanos muitas vezes sofrem as ameaças advindas de condições econômicas e sociais injustas. Deve existir, assim, uma co-responsabilidade internacional na geração de condições econômicas para que a democracia e os direitos humanos se mantenham vivos.

A ninguém, genuinamente, interessa que da fome e da miséria levantem o fogo da violência e a poeira da destruição.

14. Meu Governo tem sabido resistir às fórmulas recessivas impostas de fora; tem podido conduzir soberanamente as negociações relativas a contenciosos comerciais; tem obtido resultados satisfatórios no encaminhamento da questão da informática e tem retomado a autonomia no problema da dívida externa.

15. As responsabilidades devem ser igualmente compartilhadas pela crise da dívida.

Ela foi desencadeada, em grande medida, porque os países industrializados decidiram adotar uma política recessiva, de aumento das taxas de juros, transferindo, assim, parte substancial do custo do seu ajuste às economias dos países mais pobres.

16. A primazia que o Brasil concede às relações Sul/Sul levou-me a decidir estabelecer, a curtíssimo prazo, a Agência Brasileira de Cooperação — ABC. Esta instituição, que deverá funcionar no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, buscará dar melhor operacionalidade e rapidez às nossas ações de cooperação técnica, coordenando adequadamente esforços e definindo atividades e projetos de cooperação internacional prestada por instituições brasileiras.

17. Realista e desejável é, sim, compartilhar com nossos irmãos da América Latina, do Caribe, da África, do Oriente próximo e da Ásia, as experiências bem sucedidas e os avanços que os brasileiros obtiveram em setores como a pesquisa agrícola, a formação técnica profissional, o desenvolvimento de fontes renováveis de energia, o combate às moléstias tropicais — sem excluir as tecnologias de ponta, onde existir capacidade de absorção.

18. Ser diplomata é ter no sangue a terra. Sentir, pensando no País, e, onde estiver, fazer chegar um pedaço de todos nós: da Pátria, da História, da cultura.